



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844
n. 17, v. 2
jan.2022-jun.2022
p. 51-62

Ataques recentes às perspectivas das interseccionalidades

(Recent attacks on intersectionality perspectives)

(Ataques recientes a las perspectivas de interseccionalidad)

Leandro Colling¹

RESUMO: O artigo destaca a importância das interseccionalidades e critica textos de Wilson Gomes e de Richard Miskolci que atacam ativistas e movimentos identitários no Brasil que usam perspectivas interseccionais em suas lutas. Foram analisadas as reflexões do primeiro autor, publicadas no site da Revista Cult, e o livro Batalhas morais, de autoria do segundo. Conclui-se que os autores responsabilizam os movimentos sociais identitários, especialmente quando atuam em perspectivas interseccionais, por problemas na democracia e pela ascensão da extrema direita no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Interseccionalidade. Identidade. Raça. Queer.

Abstract: The article highlights the importance of intersectionalities and criticizes texts by Wilson Gomes and Richard Miskolci that attack activists and identity movements in Brazil who use intersectional perspectives in their struggles. The reflections of the first author, published on the Revista Cult website, and the book Batalhas morais, authored by the second, were analyzed. The text's conclusion shows that the authors blame social identity movements, mainly when they operate in intersectional perspectives, for problems in democracy and the rise of the extreme right in Brazil.

Keywords: Intersectionality. Identity. Breed. Queer.

Resumen: El artículo destaca la importancia de las interseccionalidades y critica textos de Wilson Gomes y Richard Miskolci que atacan a activistas y movimientos identitarios en Brasil que utilizan perspectivas interseccionales en sus luchas. Se analizaron las reflexiones del primer autor, publicadas en el sitio web de la Revista Cult, y el libro Batalhas morais, del segundo. Se concluye que los autores responsabilizan a los movimientos de identidad, especialmente cuando operan en perspectivas interseccionales, por los problemas de la democracia y por el surgimiento de la extrema derecha en Brasil.

Palabras clave: Interseccionalidad. Identidad. Raza. Queer.

1 Professor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, professor permanente do Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Universidade Federal da Bahia. Integrante do NuCuS - Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades. E-mail: leandro.colling@gmail.com



Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons [Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). (CC BY-NC 4.0)

Recebido em 18/07/2022

Aceito em 01/08/2022

Este texto foi lido na sessão plenária *Interseccionalidades: limites e possibilidades*, realizada no dia 15 de julho de 2022, no XVIII Encontro Internacional da ABRALIC (Associação Brasileira de Literatura Comparada)². A versão publicada contém algumas pequenas modificações solicitadas pelos pareceristas da revista *Periódicus*. Mantive o estilo mais oral para deixar a proposta tal qual foi apresentada no evento e também porque penso que assim ele pode afetar de forma mais direta as pessoas.

Minha fala estará dividida em duas partes. Inicialmente vou retomar, de forma bem sucinta e rápida, as diversas perspectivas interseccionais e depois tratarei de apenas dois dos muitos ataques recentes à interseccionalidade advindos de pessoas que se posicionam no espectro da esquerda e que são professores titulares de importantes universidades brasileiras.

Meu argumento é de que as perspectivas interseccionais, além de terem colaborado para abrir o fluxo identitário em nosso país³, amplificaram os debates identitários nos últimos anos e isso gerou uma série de importantes reflexões, mas também ataques que se constituem em tentativas de desqualificar as discussões. Vou defender que os ataques criticam as pautas e movimentos feministas, LGBTQIA+ e negro e nem sempre citam os estudos das interseccionalidades. Ficará evidente que o incômodo acontece quando os ativismos identitários acionam mais de um marcador social das diferenças, ou seja, quando um mesmo ativista ou movimento intersecciona diversas identidades em suas lutas. Por isso, aquilo que às vezes parece uma crítica ao que alguns chamam de “identitarismo”, na verdade é uma crítica à interseccionalidade.

Também na segunda parte da minha fala, pergunto: como explicar que pessoas que se dizem de esquerda/progressistas ataquem a interseccionalidade e, ao mesmo tempo, chamem militantes de esquerda e de direita de identitários? Dá para chamar de identitários tanto aqueles/as que precisam de identidade (HALL, 2000) quanto aqueles que possuem a sua identidade não marcada e que estão apenas lutando para permanecer com os seus privilégios, o que inclui manter os identitários dos movimentos sociais na subalternidade? Como é possível responsabilizar movimentos sociais identitários, que historicamente lutaram por direitos humanos e mais democracia, de responsáveis por produzir problemas na democracia e até de colaborar com a chegada da extrema direita ao poder no Brasil?

2 A sessão também contou com a participação de Fernanda Miranda e Carla Akotirene e pode ser assistida em <https://www.youtube.com/watch?v=lsR3QFbpgt4>. Acesso em 18 jul. 2022.

3 Penso que as perspectivas identitárias fizeram emergir novas formas de identificação produzidas pelo cruzamento de mais de um marcador social das diferenças. Por exemplo, as identidades das bixas pretas, que interseccionam sexualidade com raça.



As perspectivas interseccionais

Diversas pessoas já produziram ótimos textos para contar a história do conceito de interseccionalidade. Nossa colega Carla Akotirene (2019), doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), do qual faço parte, é uma delas. Ela inicia o livro *Interseccionalidade* citando Kimberlé Crenshaw para enfatizar que tal conceito se constitui em “uma sensibilidade analítica, pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros.” (AKOTIRENE, 2019, p. 14)

Logo em seguida, Carla Akotirene defende que é preciso descolonizar inclusive as teorias hegemônicas sobre a interseccionalidade e aciona Exu, a “divindade africana da comunicação, senhor da encruzilhada e, portanto, da interseccionalidade” (AKOTIRENE, 2019, p.15) e várias feministas negras, muitas delas brasileiras, como Lélia Gonzales (2020), com o seu pensamento amefricano, para evidenciar como já existia uma perspectiva interseccional antes de Crenshaw cunhar o termo/conceito em 1989.

Carla Akotirene faz um estudo de como a interseccionalidade foi pensada por várias autoras e também de como algumas feministas criticaram essa perspectiva. Uma das críticas, feitas por Angela Davis, residiria no fato de a interseccionalidade de Crenshaw estar “servindo para garantir êxitos dos chamados por ela de “feminismos carcerários”, engajados na punição dos homens negros agressores de mulheres”. (AKOTIRENE, 2019, p. 61) Carla também cita diversas outras feministas que alertaram para o quanto o uso da interseccionalidade apaga a categoria raça, ou seja, como a interseccionalidade corre o risco de ser usada para embranquecer as reflexões e políticas identitárias.

Além de Carla Akotirene, vou acionar outras duas outras autorias apenas para refrescar a nossa memória em torno da diversidade existente entre as perspectivas interseccionais. Ou seja, ao falarmos de interseccionalidade não podemos imaginar que todas as pessoas que acionaram essa chave de leitura/conceito o estão fazendo da mesma forma. Há uma enorme diversidade de perspectivas interseccionais, umas bem críticas em relação às outras, o que evidencia que as críticas sempre fizeram parte dos debates sobre a interseccionalidade. No entanto, como veremos a seguir, os ataques recentes, sobre os quais quero tratar mais adiante, não pretendem complexificar ou mesmo desenvolver as perspectivas interseccionais. Pelo contrário, os ataques recentes trabalham no sentido de desqualificar/destruir/descartar as perspectivas interseccionais, o que me parece muito preocupante.



Carlos Eduardo Henning (2015) é outro pesquisador que escreveu um texto sobre as diferenças existentes no interior do debate em torno da interseccionalidade. Ele dividiu os estudos da interseccionalidade em duas abordagens: a sistêmica-estrutural e a construcionista. A primeira conceituaria gênero, raça e classe como sistemas de dominação, opressão e marginalização que determinam ou estruturam a formação das identidades. Na leitura do Carlos, essa abordagem impediria ou debilitaria as tentativas de resistência ao sistema. Já a abordagem construcionista teria uma concepção de poder mais dinâmica e relacional, faria uma diferenciação entre diferença e desigualdade. Raça, gênero e classe não existiriam isoladas umas das outras, mas articuladas, relacionadas. Isso permitiria pontos de fuga e resistências.

A pesquisadora Conceição Nogueira (2017) é outra que sistematizou e pensou sobre as diversas perspectivas interseccionais. Ela, a partir de várias pesquisadoras, como Leslie McCall, explica três abordagens interseccionais: a intracategorial, a anticategorial e a intercategorial. A primeira teria sido a que inaugurou o debate sobre a interseccionalidade, em especial a partir dos textos de Kimberlé Crenshaw, e tem como foco estudar a diversidade existente dentro de um mesmo grupo. Essa abordagem não rejeita por completo a importância das categorias e reconhece a sua relevância.

A abordagem anticategorial está mais baseada na descrença e na desconstrução das categorias. Assim, rejeita as categorias ou, pelo menos, desconfia delas com mais ênfase. Essa perspectiva seria mais influenciada por teorias pós-estruturalistas. Já a abordagem intercategorial levaria em consideração as relações estáveis e duráveis das categorias e, ao mesmo tempo, manteria uma posição crítica a essas mesmas categoriais.

Não pretendo aqui fazer um detalhamento de todas essas abordagens. Ao retomar esses três textos bem conhecidos, apenas quero destacar uma coisa: existem muitas perspectivas interseccionais. Sempre existiu muito debate e críticas entre quem pesquisa e/ou milita em torno da ideia de interseccionalidade. No entanto, nos últimos anos, o que temos visto são ataques às perspectivas interseccionais e é sobre esses ataques que quero comentar a seguir.

As perspectivas interseccionais, sejam elas quais foram, conseguiram produzir um grande debate em torno das identidades. E, no meu entender, os ataques começaram a se tornar mais visíveis porque os estudos e movimentos sociais que trabalham em perspectivas interseccionais passaram a dar nome às identidades mais privilegiadas ao invés de apenas afirmar as identidades subalternas. Ao evidenciar que somos pessoas compostas por várias identidades (sexuais, de gênero, raciais, de classe, entre outras), as perspectivas interseccionais retiraram determinadas identidades de suas zonas de conforto. O feminismo negro, ao apontar que as mulheres negras são diferentes das mulheres brancas, colaborou para interseccionar gênero e raça e, ao fazer isso,



também colaborou para dar um nome para identidade étnico-racial branca: a branquitude (CONCEIÇÃO, 2020). O feminismo queer, ao apontar que as pessoas homossexuais são diferentes das heterossexuais, colaborou para interseccionar sexo-sexualidade com gênero e, ao fazer isso, tirou a heterossexualidade de sua zona de conforto ao pensá-la como heterossexualidade compulsória e/ou heteronormatividade (COLLING e NOGUEIRA, 2022). O transfeminismo amplificou essa perspectiva ao propor a ideia de cisheteronormatividade (VERGUEIRO, 2018).

E o que todo esse debate acabou por gerar? Muitas coisas, sem dúvidas. Uma delas é que a pessoa branca, heterossexual e cisgênera, como nunca antes nesse país, para usar um bordão de Lula, teve os seus privilégios questionados e evidenciados em praça pública. O que a direita fez com isso nós já sabemos. E o que fez parte da intelectualidade em torno de tudo isso? Ao invés de elogiar o avanço dessas discussões, em destacar como elas podem ser e são potentes para atacar as desigualdades, alguns alegam que esses estudos e movimentos sociais criam uma olimpíada das opressões e, pasmem, até criam problemas para a democracia ou ajudaram a extrema-direita a chegar ao poder.

Os ataques

O professor titular da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, Wilson Gomes, por exemplo, escreveu um texto, em seu blog na revista *Cult*, intitulado *Dois problemas democráticos da política identitária*, publicado em janeiro de 2022. Mesmo sem citar os estudos da interseccionalidade, ele começou o seu artigo evidenciando a força da interseccionalidade no debate das políticas identitárias:

Mesmo o cidadão mais distraído já deve ter-se dado conta de como tem aumentado na discussão pública a militância que faz de identidades sociais específicas, como raça, gênero, orientação sexual, religião e etnia, o centro da disputa política. Assim como das controvérsias em torno desse assunto. (GOMES, 2022)

Depois ele considera que as políticas identitárias têm sido bem-sucedidas

[...] em aumentar a percepção social das diversas formas de opressão, em incrementar a consciência da própria identidade (o análogo à “consciência de classe”) em suas bases sociais de referência e em mobilizar uma formidável força política em defesa de pautas do interesse dos seus representados. (GOMES, 2022)

No entanto, o objetivo central do seu texto é o de defender que existem identitários de esquerda e de direita e que

[...] todo identitarismo, de esquerda ou de direita, é um vitimismo, todos os membros da identidade estão sitiados, todos precisam denunciar a opressão estrutural, todos sentem que o seu grupo precisa se tornar autoconsciente da opressão sofrida e precisa reagir. De forma que, neste caso, reivindicar superioridade moral faz parte da gramática identitária,



mas não significa automaticamente que essa superioridade se verifique sempre. (GOMES, 2022)

Seguindo o mesmo raciocínio no seu texto publicado no blog, Wilson Gomes comentou uma postagem realizada pela colunista Flavia Azevedo em sua rede social. Ela escreveu que, ao procurar profissionais de saúde, preferia primeiro mulheres negras, em seguida mulheres de qualquer etnia e só depois por homens. A postagem chegou ao conhecimento de Wilson Gomes, que escreveu:

Sou de uma geração em que ser de esquerda era lutar CONTRA todo o tipo de discriminação. Agora, ao que parece, discriminar virou legal, progressista e supercool, desde que se discrimine o vetor certo. Acerte o vetor e você pode fazer tudo o que condenava em racistas e machistas. (GOMES *apud* AZEVEDO, 2022)

Trago esse exemplo por duas razões: 1) para evidenciar como esse debate em torno da interseccionalidade saiu do campo acadêmico e militante mais restrito para estar em várias partes. Esse é um dos grandes trunfos do pensamento interseccional. 2) para verificar como pensa o filósofo da Faculdade de Comunicação da UFBA e, principalmente, destacar como a colunista posteriormente respondeu à sua provocação no jornal Correio do dia 14 de maio de 2022. Enquanto o filósofo colocou no mesmo patamar os identitários de direita e de esquerda, pois ambos trabalhariam pela lógica do *vitimismo e reivindicariam uma superioridade moral que constituiria a sua gramática identitária*, a colunista disse coisas do tipo:

Sim, está nos pilares da esquerda a luta contra todos os tipos de segregação social. Exatamente por esse motivo, vem da esquerda a ampla divulgação do conceito de "reparação social" posto em prática com dispositivos como sistema de cotas em universidades e outros ambientes de "privilégio". Ações veementemente rebatidas por quem prega a "igualdade" não compreendendo o óbvio: numa sociedade como a nossa, só podemos começar a pensar em justiça social se tratarmos grupos sociais de formas diversas.

(...)

Deixa eu lhe contar uma coisa. Naquela clínica, não havia uma médica negra para atender a mim e ao meu filho. Marquei com uma mulher branca, agenda facilíma. Por curiosidade, perguntei qual a disponibilidade de data do médico branco. Primeira possibilidade era só no mês que vem. E para "encaixe", como chamam a gente ficar lá esperando pra ser atendido na hora que der. Percebe que ele não precisa de mim? Percebe que o sucesso, a progressão da carreira, a legitimidade, a vasta clientela, que tudo nele já está assegurado? (AZEVEDO, 2022)

Ou seja, a colunista vê a política identitária de matriz interseccional como modo de reparação social, pois não chegaremos na igualdade de condições tratando todos/as como iguais, mas percebendo as suas especificidades. Ao final do seu texto, ela também recorreu à metáfora da corrida. As pessoas corredoras possuem condições distintas, mas se todas saírem do mesmo ponto de partida, as mais subalternas nunca irão chegar no mesmo patamar das demais. “Justamente por isso, vou continuar ajudando a abastecer o tanque de quem acho que está em desvantagem”, concluiu Flavia Azevedo (2022).



O segundo ataque às perspectivas identitárias interseccionais que trago aqui também veio de um professor titular. Richard Miskolci (2021), conhecido pesquisador dos estudos queer no Brasil, escreveu a sua tese de titularidade na Universidade Federal de São Paulo, que foi publicada no livro *Batalhas morais – política identitária na esfera pública técnico-mediatizada*, para tentar entender por que os temas de gênero e sexualidade geraram um pânico moral/sexual na sociedade brasileira desde 2010. Por um lado, ele faz uma análise de como esse pânico foi construído pela direita em torno da ideia de “ideologia de gênero”. Até aí, na minha leitura, a sua análise é bem fundamentada. O problema é quando ele tenta explicar, sem dados suficientes, de que “esse pânico foi potencializado pelo avanço do ativismo identitário no Brasil” (MISKOLCI, 2021, p. 25) que alcançou os espaços educacionais e acadêmicos.

Esse debate identitário nas universidades, para o pesquisador, gerou uma confusão entre o que é movimento social e o que é pesquisa científica e produção de conhecimento. Miskolci escreveu: “A universidade não pode se tornar instrumento dos interesses das elites ou dos movimentos sociais sem abandonar seu papel crítico, social e político, de intermediação por meio da pesquisa científica e da disseminação do conhecimento”. (MISKOLCI, 2021, p. 25). Como se não bastasse colocar na mesma frase e na mesma dimensão os interesses das elites e os interesses dos movimentos sociais, como se fossem interesses da mesma ordem, o sociólogo disse que

[...] a universidade brasileira foi disputada pelos ativismos identitários na mesma medida ou até mais do que foi atacada externamente pelos conservadores. Aquelas e aqueles que buscaram criar diálogos foram atacados e perseguidos em um impulso anti-intelectual vindo de dentro e de fora da instituição. (MISKOLCI, 2021, p. 25)

Para chegar nessa conclusão, nenhum dado concreto foi citado pelo pesquisador. Que dado empírico comprovaria que a universidade foi mais atacada pelos ativismos identitários do que pelos conservadores? Quem são as pessoas que buscaram criar diálogos e que foram atacadas e perseguidas? Qual o conteúdo e circunstâncias desses “ataques”, se é que assim poderiam ser considerados? Para um pesquisador que se diz feminista e queer é possível operar com essa linha de corte tão nítida entre o que é universidade e o que é movimento social? O que seria o feminismo e as teorias feministas sem os movimentos sociais feministas?

Para Miskolci, os ativismos identitários usaram o escracho, o cancelamento, a vigilância comportamental e ideológica, repertório, diz ele, que “não colabora para alcançarmos uma sociedade mais democrática e inclusiva. Ao contrário, trouxe-nos um conflito permanente, novas formas de censura e, inclusive, pode ter contribuído para a extrema-direita chegar ao poder” (MISKOLCI, 2021, p. 26).



O que levou a extrema direita ao poder foi a construção de um discurso de ódio ao petismo, um discurso de ódio para com as pautas identitárias, uma gigantesca produção de *fake news*, uma gigantesca operação criminosa para retirar o principal nome da oposição da eleição (ver, por exemplo, os trabalhos de CEPÊDA, 2018, CHALOUB, LIMA e PERLATTO, 2018 ou SOUZA, 2016). O sociólogo queer não cita nenhuma dessas razões. Seu foco está em atacar os movimentos identitários.

O livro contém tantos problemas que até fica difícil selecionar qual deles é mais surpreendente. Em um dado momento, ele usa Gayatri Spivak (2010), no seu clássico *Pode o subalterno falar?*, para tentar justificar porque os intelectuais devem continuar a falar pelos subalternos⁴. Richard se diz defensor de uma perspectiva das diferenças, que seria algo sempre plural e em eterna produção, mas que no Brasil teria se convertido em um simulacro, a identidade. “Enquanto a diferença é um conceito afeito a compreender o contínuo refazer dos sujeitos, suas relações e a sociedade, a identidade é seu oposto, parente do autoritarismo e do ódio à diferença” (MISKOLCI, 2021, p. 26). Ou seja, os grupos identitários historicamente subalternos no Brasil, quando reivindicam lugar de fala (conceito que ele também irá criticar, assim como o conceito de cisgeneridade⁵), produção de outras prioridades e representatividade, são parentes do autoritarismo e do ódio à diferença? Eu não considero que as perspectivas identitárias interseccionais sejam alheias ao debate sobre as diferenças. Pelo contrário: as perspectivas interseccionais ajudaram a fraturar as identidades fixas, evidenciaram como somos plurais e em eterna produção. Basta atentar para como, nos últimos anos, o leque de identidades se ampliou muito no Brasil, se compararmos com outros tempos históricos. E isso é consequência dos movimentos e estudos feministas negros, queer e trans⁶, entre outros.

Um dos poucos casos concretos citados por Richard Miskolci em que os identitários teriam operado com escracho teria ocorrido em uma mesa redonda em um evento na Universidade Estadual de Campinas, em 2010. Embora não cite o nome do evento, eu estava lá e

4 A leitura que Miskolci faz do debate entre Spivak e Michel Foucault e Gilles Deleuze não está equivocada. O que considero inapropriado é usar essa reflexão como justificativa para não dar a voz para quem deseja ser ouvido, seja considerado subalterno ou não, nos termos de Spivak. Miskolci já tinha feito isso em uma fala no I Seminário Queer, em São Paulo, em 2015, ao tentar responder porque as pessoas trans não foram convidadas para palestrar no evento. A fala repercutiu e o pesquisador foi duramente criticado nas redes sociais na época (ver, por exemplo, <https://blogueirasfeministas.com/2015/09/30/i-seminario-queer-e-os-saberes-subalternos/>. Acesso em 15 jul. 2022). Curiosamente, em seu livro, Miskolci não trata dessa problemática ocorrida no I Seminário Queer.

5 Embora tenha muito a falar sobre esses temas, não entrarei nesse debate neste texto.

6 “De acordo com Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade é, simultaneamente, a maneira sensível de pensar a identidade e sua relação com o poder, não sendo exclusiva para mulheres negras, mesmo porque as mulheres não-negras devem pensar de modo articulado suas experiências identitárias. Ademais, transexuais, travestis e queers estão incorporados a perspectiva da autora. Este volume contém contribuições oriundas da segunda edição da Escola Internacional do Pensamento Feminista Negro Decolonial ministrado pela Doutora Kimberlé Crenshaw, na University of Wisconsin law Scholl, para o Coletivo Angela Davis, da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, no período de 5 a 11 de agosto de 2018.” (AKOTIRENE, 2019, p. 67)



posso atestar que se tratou do *VIII Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual* (ENUDS). Vejamos como o sociólogo descreveu o que ocorreu.

Em 2010, durante um evento do jovem ativismo universitário na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), assisti a uma mesa formada por feministas de longa carreira e reconhecimento que foi interrompida por um ‘protesto’ de uma ala do movimento LGBTI+: uma ativista subiu nua no palco e fez um discurso contra a ciência, a universidade e a mesa – que dizia ser formada por feministas brancas do Sul e Sudeste. O auditório, lotado por jovens ativistas vindos de todo o país, apoiou entusiasmado o escracho que se desenrolou em uma sucessão de questionamentos e desqualificações feitos às pesquisadoras.

As quatro mulheres que compunham a mesa e dedicaram suas vidas à pesquisa e à luta por uma sociedade mais igualitária eram acusadas de ‘roubar’ o lugar das outras, não brancas e vindas de outras regiões. Convidadas pela organização do evento a participar, agora eram constrangidas e contestadas por terem aceitado. Os ativistas defendiam uma noção de representatividade ancorada no fenótipo e no local de moradia em detrimento do conhecimento sobre o tema e do engajamento político. (MISKOLCI, 2021, p. 67)

É nesse trecho que fica evidente que o incômodo do sociólogo não se refere ao ativismo identitário em geral. O que incomoda é quando entra em cena a intersecção entre gênero, sexualidade, negritude e território. O que incomoda é quando ocorre um levante negro na universidade brasileira, uma justa ocupação de um espaço historicamente branco e racista. Esse levante foi proporcionado, em boa medida, pela força do movimento social organizado, por uma série de políticas públicas que incluíram as cotas, bolsas de permanência e ampliação das vagas nas universidades públicas brasileiras. Esse levante negro, naquele evento, era um levante negro e bicha e sapatão e trans ao mesmo tempo.

Não penso que essa ação possa ser pensada de forma isolada ou que a composição da mesa poderia ser explicada porque a organização não conseguiu o aceite de pessoas negras ou que aquelas feministas eram importantes para que o evento conseguisse recursos para sua realização⁷. Essa intersecção entre pessoas negras, bichas, sapatonas e trans, hoje muito mais forte do que 12 anos atrás, transformou e ainda vai transformar muito a universidade brasileira. Hoje a universidade brasileira é outra. Quem não considera as transformações ocorridas nas nossas universidades nos últimos 20 anos não dará conta de entender esses e outros tensionamentos.

Hoje, felizmente, a composição de uma mesa em nossos eventos precisa levar em conta, pelo menos, a diversidade sexual, de gênero e étnico racial, como a Abralic está fazendo, por exemplo. E isso eu jamais chamaria de uma postura anti-intelectual ou detrimento do conhecimento. Pelo contrário, esse levante produziu e continua a produzir outras epistemologias, teorias, conhecimentos e políticas. Todas elas podem e devem ser problematizadas. Todas elas

⁷ Larissa Pelúcio e Tiago Duque (2020), em texto sobre o tema, em determinado momento seguiram nessa direção.



certamente possuem pontos frágeis que precisam ser melhorados. Mas isso se faz com crítica honesta, estudando e escutando autorias outras, como as autorias negras e decoloniais.

No prefácio que escrevi ao livro *Metafísicas sexuais: canibalismo e devoração de Paul B. Preciado na América Latina*, ao perceber que mesmo lendo um autor espanhol as pessoas do Brasil e de países vizinhos o criticaram e o devoraram com os nossos outros referenciais teóricos, escrevi:

Preciado, aqui, passou por um processo de crítica e decolonização *sudaka* e, por isso, o Preciado que lemos aqui se transformou em algo muito mais interessante que o espanhol. E isso me fez ter a certeza de algo que eu intuía e já havia comentado com colegas próximos: o *queer* da primeira leva, por aqui, acabou. O *cuir* que estamos produzindo nos últimos anos é um *cuir* decolonial ou talvez *deCulonial*⁸ fortemente influenciado pelas produções e movimentos étnico-raciais e realidades locais, portanto, fortemente interseccional. (COLLING, 2022, p. 11)

Eu, como muitas pessoas já sabem, possuo vários textos que criticam as políticas identitárias utilizadas por grande parte do movimento LGBT do Brasil e de outros países (COLLING, 2015). Sempre critiquei, por exemplo, o quanto parte das políticas identitárias foram baseadas em uma perspectiva assimilacionista e aderem sem muitas críticas à heteronormatividade. Ou de como as pautas gays são colocadas sempre em primeiro plano, em detrimento das demais identidades. No entanto, minhas críticas nunca equipararam as políticas identitárias como alguma coisa similar ao autoritarismo⁹. Jamais conseguiria responsabilizar os movimentos civis identitários por problemas com a democracia ou com a vitória da extrema-direita. Por essas razões, não considero os textos de Wilson Gomes e Richard Miskolci como críticas às perspectivas identitárias interseccionais que almejam sofisticar e colaborar com o debate e a produção do conhecimento nesse campo, mas de ataques. E eles são apenas dois autores entre muitos outros sobre os quais pretendo tratar em oportunidades futuras.

Por fim, gostaria de enfatizar que este é um texto que eu preferiria não ter escrito. Não só porque já tive próximas relações acadêmicas com Wilson e Richard, mas porque, na atual conjuntura, seria bom que fosse desnecessário criticar professores universitários do campo progressista. Nossos grandes inimigos são outros, eu bem sei disso. No entanto, a construção de uma luta interseccional capaz de derrotar a extrema direita se dá entre esse nosso campo progressista. E por essa razão não me parece razoável ficar calado mediante posições que responsabilizam os movimentos identitários subalternos por problemas na democracia ou pela ascensão da extrema direita. Que minha fala seja apenas um convite ao diálogo, esse instrumento tão importante e tão difícil de se produzir nesses tempos tão sombrios. Não me refiro ao diálogo

8 Referência a COLIN, Daniel S. “O sul do corpo é o nosso norte”: práticas deCuloniais em corpos de artistas brasileir*s. 2019. Tese de doutorado em Teatro. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

9 Concordo com Patrick Johnson (2020) e, assim como ele, sempre entendi que é possível estrategicamente avançar na política de identidade e, ao mesmo tempo, reconhecer a contingência da identidade.



apenas com os dois autores aqui citados, mas com as muitas pessoas que concordaram e compartilharam os seus textos. Como escreveu Conceição Evaristo, no conto *A gente combinamos de não morrer*, “Quero contagiar de esperança outras bocas”. (EVARISTO, 2016, p. 109)

Referências

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

AZEVEDO, F. Aberta, singela e, talvez, pretensiosa missiva ao professor doutor Wilson Gomes. *Correio*, 14 de maio de 2022. Disponível em https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/aberta-singela-e-talvez-pretensiosa-missiva-ao-professor-doutor-wilson-gomes/?utm_source=correio24h_share_facebook&fbclid=IwAR0Z7VZni8vUISoeHeTVpV5Obg87fk4JYEbu8PixaM0NN3hHsQL4C7G34Os. Acesso em: 4 jul. 2022

CEPÊDA, V. A nova direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 23, n. 2 mai./ago. 2018, pp. 40-74.

CHALOUB, J.; LIMA, P.; PERLATTO, F. Direitas no Brasil contemporâneo. *Teoria e Cultura*, v. 13, n. 2, 2018, pp. 9-21.

COLLING, L. Preciado, devorado e criticado. In: RUCOVSKY, Martin de Mauro e AXT, Bryan (orgs.) *Metafísicas sexuais: canibalismo e devoração de Paul. B. Preciado na América Latina*. Salvador: Devires, 2022, p. 10-12.

COLLING, L. *Que os outros sejam o normal: tensões entre ativismo queer e movimento LGBT*. Salvador: EDUFBA, 2015.

COLLING, L.; NOGUEIRA, G. Heteronormatividade. In: Marcelo Maciel Ramos; Marcia F. Ribeiro da Costa; Pedro Augusto Gravatá Nicoli. (Org.). *Dicionário jurídico do gênero e da sexualidade*. Salvador: Editora Devires, 2022, p. 447-454.

CONCEIÇÃO, W. L. *Branquitude: dilema racial brasileiro*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020. Disponível em http://www.papeisselvagens.com/uploads/6/9/3/3/69339767/branquitude_dilema_racial_brasileiro.pdf. Acesso em: 18 jul. 2022.

EVARISTO, C. A gente combinamos de não morrer. In: *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas e Fundação Biblioteca Nacional, 2016, p. 99 a 109.

GOMES, W. Dois problemas democráticos da política identitária. *Cult*, 21 de janeiro de 2022. Disponível em <https://revistacult.uol.com.br/home/dois-problemas-democraticos-da-politica-identitaria/>. Acesso em: 4 jul. 2022

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 75 a 93.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org. e Trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.



HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, jul/dez. 2015.

JOHNSON, E. P. Estudos quare ou (quase) – tudo o que sei sobre estudos queer aprendi com minha avó. In: MORAIS, F. L. *Analítica quare: como ler o humano*. Salvador: Devires, 2020, p. 79 a 124.

MISKOLCI, R. *Batalhas morais*. Política identitária na esfera pública técnico-midiaticizada. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

NOGUEIRA, C. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador: Devires, 2017.

PELÚCIO, L.; DUQUE, T. Cancelando o cuir. *Contemporânea*. v. 10, n. 1 p. 125-151, jan.-abr. 2020

SOUZA, J. *A radiografia do golpe*. Entenda como e por que você foi enganado. São Paulo: Leya, 2016.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VERGUEIRO, V. *Sou travestis: estudando a cisgeneridade como uma possibilidade decolonial*. Brasília: Padê editorial, 2018.

